

## **Eixo 4 - Política e gestão da Educação Profissional e Tecnológica**

### **O PROJETO SOLDADO CIDADÃO COMO POLÍTICA EDUCACIONAL PROFISSIONAL DE INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO**

**Hercules Guimarães Honorato** - Escola Naval - E-mail: hghhha@gmail.com

#### **RESUMO**

O objetivo deste artigo foi identificar a relação efetiva do Projeto Soldado Cidadão (PSC) com a formação profissional para o primeiro emprego. A metodologia foi qualitativa, com pesquisa documental e questionário aos egressos dos cursos realizados em centro de instrução da Marinha. Os jovens passaram a dispor das seguintes competências: desenvolvimento de tarefas em equipe e a iniciativa para buscar informações pertinentes ao seu trabalho. A grande maioria, 64%, encontra-se empregados fora da formação profissional do PSC. A explicação, que evidencia a pouca eficácia do Projeto, é que os cursos não atendem ao jovem, o que impacta a efetividade dessa política de formação profissional.

**Palavras-chave:** Educação Profissional; Jovens e Juventudes; Projeto Soldado Cidadão.

#### **1. INTRODUÇÃO**

A transição da escola para o mercado de trabalho é um momento importante no ciclo de vida dos indivíduos, em especial dos jovens, pois representa o início do processo de se tornar autônomo, que culmina na assunção plena de papéis sociais adultos (FRESNEDA, 2009). Soma-se ao tema bem atual que é a relação existente entre a juventude, o trabalho e a educação, uma preocupação específica no âmbito das políticas públicas do governo federal nos últimos anos (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002; CUNHA; CUNHA, 2008).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010), os jovens de 16 a 24 anos somam cerca de 34 milhões de indivíduos, entre homens e mulheres. A referida faixa etária representa ainda cerca de 47% do total global de desempregados e não mais que 25% da totalidade da população economicamente ativa. Branco (2011, p.130) argumenta que “enquanto para os adultos presentes no mercado de trabalho 8 (oito) em cada 100 se encontravam desempregados; no caso dos jovens, essa cifra saltava para 24,5 em cada 100, ou seja: três vezes mais”.

A partir de 2003, no Brasil, houve uma maior preocupação com a formação técnica desses jovens, principalmente com aqueles que se encontravam em defasagem de idade/série ou que pararam seus estudos. O presente artigo inseriu-se nesse contexto. Ele é de cunho qualitativo, bibliográfico exploratório, cujo escopo foi estudar as principais políticas públicas

para as juventudes, com um olhar especial para o Projeto Soldado Cidadão (PSC), uma política de formação profissional originada no governo do Presidente Lula da Silva em 2004. Buscou-se identificar ainda a relação efetiva do Projeto em questão com a formação inicial para o primeiro emprego.

O artigo contou em sua metodologia também com dados da pesquisa empírica, realizada durante o mestrado do autor, que teve como um dos instrumentos de coleta de dados um questionário direcionado aos jovens recrutas que prestavam o Serviço Militar em 2012 e que realizavam um dos cursos inerentes ao Projeto em questão, os sujeitos do estudo. O lócus da pesquisa foi o Centro de Instrução Almirante Alexandrino, uma organização de formação técnica da Marinha do Brasil, situado na cidade do Rio de Janeiro.

O referencial teórico contou, em especial, com os seguintes autores: Castro e Abramovay (2002); Freitas e Papas (2003); e Sposito (2003), no trato dos aspectos relacionados às políticas públicas de juventudes. Cunha e Cunha (2008) e Manfredi (2002), nos aspectos históricos da educação profissional e conceitos fundamentais. Bourdieu (1978) e Castro, Aquino e Andrade (2009) no caminhar dos jovens e juventudes. Gohn (2010) nos conceitos de educação formal e não formal. Por fim, o Guia de Políticas Públicas do Governo Federal (BRASIL, 2010).

Este trabalho está organizado em três seções principais, além da Introdução e das Considerações Finais. A primeira apresenta os conceitos de juventudes, cultura juvenil e as principais políticas públicas, em especial o PSC; na segunda, a articulação necessária entre a educação técnica formal, via o Projeto em tela, e a não formal, advinda do não aproveitamento em cursos regulares da totalidade dos jovens que anualmente servem as Forças Armadas como recrutas; e por último, os resultados da avaliação dos questionários aplicados aos sujeitos da pesquisa.

## **2. JOVEM, JUVENTUDES E PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O Brasil é um país de dimensões continentais, com altos índices de exclusão e profundas disparidades regionais, em que “o desenvolvimento econômico e social tem-se dado combinando ilhas de riqueza cercado por oceanos de pobreza” (CUNHA; CUNHA, 2008, p.23). O papel do poder público na organização e financiamento de serviços sociais, prestados por redes de proteção social e atenção, é para a garantia das necessidades de sobrevivência de ampla parcela da nossa população.

Os jovens, cujo coletivo é juventude, tornaram-se foco de atenção da sociedade, a partir do momento em que foram associados a problemas sociais, seja como vítimas ou

protagonistas. Em todo o mundo, os jovens são identificados com problemas associados à violência, ao desemprego, falta de participação social e educação precária, inconformidade com a ordem vigente, manifestações culturais e exposição às problemáticas sociais (ANDRADE, 2008; CHAVES JR, 1999).

Bourdieu (1978, p.2) afirma que a juventude é apenas uma palavra, pois “somos sempre o jovem ou o velho de alguém”. O termo se torna juventudes, agora reconhecido no plural, porque deseja-se enfatizar que, “a despeito de constituírem um grupo etário que partilha várias experiências comuns, subsiste uma pluralidade de situações que confere diversidade às demandas e necessidades dos jovens” (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p.25). Corroboram-no Catani e Gilioli (2008, p.16) quando citam Bourdieu (1930-2002) e destacam a juventude no plural, pois aquele autor acredita “que haveria pelo menos duas juventudes, a burguesa e a das classes populares, com diferenças significativas entre si”.

Castro, Aquino e Andrade (2009, grifo nosso) asseveram ainda que juventude é um grupo social como sujeito de direitos que se encontram em fase de experimentação de múltiplas possibilidades de inserção na vida social, política, econômica e cultural do país. Até algumas décadas atrás, para o jovem reconhecer-se como adulto, havia fatores que indicavam esta transição: a incorporação ao mercado de trabalho, o casamento, **o cumprimento obrigatório do serviço militar** e o abandono da família de origem para viver a sua vida.

A tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade em que vivem (KERBAUY, 2005) é característica dessa condição juvenil, que Freitas, Nunes e Silva (2011, p.39), citando Veiga-Neto e Lopes (2007), acreditam ser “uma unidade descritível, mensurável, conhecível e, por isso mesmo, governável”. Repensar o tratamento político e em especial pedagógico endereçado aos segmentos juvenis na atualidade é de grande importância.

A condição juvenil, portanto, acaba por pautar sua existência na junção de fatores como incerteza, precarização, violência, risco e vulnerabilidade no âmbito das políticas públicas que lhe são endereçadas. A ideia consiste em discutir o sentido atribuído à formação profissional dos jovens, elucidando a racionalidade governamental desejada, independente se via a educação formal ou a não formal. Realidade estrutural constatada pelo desemprego e do subemprego juvenil, além da própria limitação das oportunidades geradas no mercado de trabalho pelo padrão atual de acumulação de capital.

Hoje, vêm se articulando ações e debates para estruturar políticas públicas de juventudes, reconhecendo-se, assim, os jovens como sujeitos de direito (CASTRO, 2004). E isso significa admitir que, embora as políticas sociais de juventude tenham existido e

continuem a existir, a sua eficácia se reduz a meros “bons desejos”, ou ao aprofundamento das “desigualdades nos piores casos, quando a ordem social e seu desenvolvimento institucional tornam incompatível uma moral individual compulsada pela busca da máxima rentabilidade” (FREITAS; PAPAS, 2003, p.29).

Na busca por ações políticas para com esse coletivo de atores, o atual governo federal mantém 19 principais programas e projetos (BRASIL, 2010). Os que estão ligados ao tema de estudo são: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); o Programa Brasil Alfabetizado; o Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci); o Reforço às Escolas Técnicas e Ampliação das vagas em Universidades Federais; e o Projeto Soldado Cidadão, sendo este último foco deste artigo.

Um último programa lançado de atendimento aos jovens foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec<sup>1</sup>), instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Ele tem como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, atendendo aos estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (EJA), trabalhadores (incluem-se agricultores familiares, silvicultores, agricultores, extrativistas e pescadores) e beneficiários dos programas federais de transferência de renda como o bolsa família. Durante a realização dos cursos deste Programa, o estudante recebe o material didático e uma auxílio para sua alimentação e transporte.

Nesse sentido, as políticas públicas de formação profissional dos jovens passam a estabelecer uma noção estreita entre a educação e o mundo do trabalho. Esse paradigma está assentado na ideia de que a inserção do jovem no mercado de trabalho, por um lado, atende às exigências do mundo produtivo e, por outro lado, promove a equidade social, uma vez que se torna atenuante da pobreza ou alternativa à marginalidade e à exclusão. O que é colocado em segundo plano é o trabalho como direito, que é um componente importante na formação do jovem como indivíduo e como cidadão.

O Projeto Soldado Cidadão é uma política pública do governo federal que foi desenvolvida inicialmente pela Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), com origem no projeto Qualificação de Mão de Obra de 2002 do próprio Exército, e que a partir de junho de 2007 passou a ser administrado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), sendo, ainda hoje, um dos principais projetos de educação profissional formal desenvolvidos pela instituição.

O seu objetivo é oferecer qualificação técnica-profissional aos militares das Forças

Armadas, permitindo aos que serão licenciados, por término do tempo de Serviço Militar, concorrerem ao mercado de trabalho em melhores condições. Seu lema, que se reveste com alto grau de importância para o desenvolvimento do PSC e do Brasil, é que: “Cada militar licenciado que conseguir inserção no mercado de trabalho é um problema social a menos para o País”<sup>22</sup>.

A população média de jovens que efetivaram o alistamento militar foi de 1.660.037 (vide Tabela 1). Deste total, cerca de 66.000 em média prestam efetivamente o Serviço Militar Inicial (SMI), ou melhor, cerca de 4% (quatro por cento) do total. Deste montante, apenas 26% em média tiveram a oportunidade de realizar um curso do PSC, ou seja 16.845 recrutas em média por ano. Segundo dados do próprio Ministério da Defesa (MD), de 2004 a 2011, foram habilitados mais de 141 mil jovens.

**Tabela 1** – Relação dos alistados versus cursantes do Projeto Soldado Cidadão (2004-2011)

ANO	ALISTADOS	INCORPORADOS		TOTAIS	
		TOTAL	ALIST/INCORP	PSC	PSC/TOTAL
2004	1.670.839	90.063	5,39	26.398	29,31
2005	1.625.295	64.319	3,96	20.426	31,76
2006	1.648.550	78.398	4,76	16.241	20,72
2007	1.663.208	54.775	3,29	17.906	32,69
2008	1.689.880	64.113	3,79	15.777	24,61
2009	1.626.306	49.809	3,06	12.098	24,29
2010	1.669.733	63.595	3,81	11.685	18,37
2011	1.686.486	62.492	3,71	14.227	22,77
<b>MÉDIAS</b>	<b>1.660.037</b>	<b>65.946</b>	<b>4</b>	<b>16.845</b>	<b>25,57%</b>

**Fonte:** COTER. Elaboração própria.

Os cursos têm uma carga horária média de 160 horas, abrangendo conteúdos programáticos específicos de qualificação profissional técnica. São destinados 16 horas para noções básicas de empreendedorismo e desenvolvimento de palestras sobre o tema "Cidadania, Direitos e Deveres", por meio da participação voluntária de Juízes Federais. O PSC está presente em 134 municípios brasileiros que contam com instalações militares. A oferta de cursos é regulada de acordo com a demanda e o perfil econômico de cada região. Por exemplo, na Região Amazônica é ofertado um curso de manutenção de motores de popa, tão necessário para uma região cuja via principal de transporte e locomoção é o rio. Ou mesmo São Paulo, um estado com indústria automobilística, são ministrados cursos de mecânica básica de automóveis, funilaria e pintura, eletricista automotivo, pintor automotivo, entre outros.

Uma lacuna na formação formal com certeza está aberta quando não se atinge a totalidade de jovens que estão prestando o Serviço Militar por ano. O estudo demonstrou que é por falta de recursos orçamentários em especial, mas também pela necessidade de se manter a atividade-fim do Serviço Militar, ou seja, a instrução, as operações e a vida vegetativa das Organizações Militares não poderia ser comprometida. A partir desse ponto, pode-se argumentar com propriedade que a formação não formal deva entrar em ação como solução para esse vazio de formação técnica, o que é discutido na próxima seção.

### **3. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NÃO FORMAL E A CASERNA**

Compreende-se a escola como a instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho. Porém, tal entendimento não esteve vinculado à formação para o trabalho. Durante alguns séculos, a preparação para o trabalho deu-se na própria dinâmica da vida social e comunitária, concomitantemente com a própria atividade laboral. Manfredi (2002, p.52) cita Hobsbawn (1987) ao descrever o trabalho de vários artesãos europeus, sapateiros, tecelões e outros, porque “vai reconstruindo, com base no cotidiano, um conjunto de práticas educativas reveladoras, tecidas na convivência entre mestres, oficiais e aprendizes, nas oficinas, nas estradas, nas estalagens”.

Esse aprendizado, que abrangia o conhecimento tácito e o domínio de métodos, técnicas e rotinas das tarefas dos diferentes ofícios, constituiu, durante vários séculos, a única escola de homens e mulheres, jovens e adultos que as classes populares dispunham. Ponto importante dessa discussão é a separação entre a preparação técnico-profissional efetivada no ambiente escolar e o que acontece no mundo concreto do trabalho, como “produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e ‘educativo’” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 63).

Gohn (2010, p.16) conceitua a educação não formal como aquela "que se aprende 'no mundo da vida', via os processos de compartilhamento de experiências, em especial em espaços e ações coletivos cotidianos". Ela seria nativa e construída por escolhas e coletivamente, o aprendizado não seria espontâneo, os processos que a produzem têm intencionalidade e propostas. O ensino seria desenvolvido fora do ambiente formal das escolas, capacitando os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. "Ela não é organizada por séries, idades, conteúdos [...] desenvolve laços de pertencimento [...] ajuda na construção da identidade coletiva do grupo" (GOHN, 2010, p.20).

Os recrutas em prestação do SMI, apresentam em média um perfil educacional entre o final do ensino fundamental e o início do ensino médio. Isso quer dizer que necessitam

complementar a sua educação básica, com cursos profissionalizantes de pequena e média duração. Outro aspecto importante para contextualização dessa fase de aprendizagem é a necessidade de retirar o jovem da condição de espectador passivo, de integrante agora ativo da apresentada "moratória social<sup>3</sup>", de orientá-lo rumo ao exercício da cidadania plena e à profissionalização (SPOSITO, 2003).

Em 2011, foi assinado um acordo de Cooperação entre o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério da Educação (MEC), em relação à demanda reprimida dos jovens não atendidos pelo Projeto em questão, para que esta seja absorvida pelo Pronatec. O acordo prevê a disponibilidade de vagas em curso técnicos junto ao Sistema "S" e Rede Federal de escolas Técnicas para preenchimento pelo público alvo do PSC. Foi previsto para 2012 uma oferta de 45.000 vagas, sendo que 10.000 vagas são consideradas como reprimidas, como mostrado no quadro 1 abaixo transcrito.

MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA
<p><b>2.000</b> vagas para militares que darão baixa em 2012. (deverão ser matriculados antes da baixa – março e agosto de 2012)</p>	<p><b>10.000</b> vagas para atiradores de TG. (matriculados durante 2012 – de Fev a Nov)</p>	<p><b>3.000</b> vagas para militares que darão baixa em 2012. (deverão ser matriculados antes da baixa – novembro/2012)</p>
	<p><b>20.000</b> vagas para militares que darão baixa em 2012. (deverão ser matriculados antes da baixa- Nov)</p>	
	<p><b>10.000</b> vagas para demanda reprimida do PSC. (matriculados durante 2012 – de Fev a Nov)</p>	
<b>2.000</b>	<b>40.000</b>	<b>3.000</b>

**Quadro 1** - Vagas Oferecidas para 2012 por Força Singular.

**Fonte:** MD. Plano de Gestão 2012 (BRASIL, 2012).

O gestor do PSC do COTER foi questionado por este pesquisador em relação a entrada em vigor do Pronatec e também da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - CERTIFIC<sup>4</sup> do MEC - e em que medida poderiam impactar os próximos cursos e até mesmo a vida ativa do PSC. O respondente acredita que o Pronatec tem uma ação positiva, na medida em que será possível incluir os militares não beneficiados por cursos do PSC durante o Serviço Militar (demanda reprimida). O mesmo deverá acontecer com a entrada em vigor do eixo "militar" na Rede CERTIFIC, que é um programa de certificação de saberes adquiridos ao longo da vida pelos trabalhadores.

Assim, constatou-se uma outra possibilidade visualizada tanto pelo MEC quanto pelo MD em relação ao contingente de recrutas não atingidos pelos cursos do PSC - cerca de 67% em média dos jovens em prestação do Serviço Militar - utilizando-se da educação não formal, do que já ocorre há vários anos quando existe a instrução e o aprendizado em serviço, via

relação entre o educador/instrutor que conhece sua atividade laboral por cursos inerentes a carreira, forjado na caserna, com o recruta propriamente dito. Como exemplo reconhecido, uma potencialidade inerte, é a manutenção/reparo dos caminhões e embarcações militares, que também têm seu uso dual no meio civil. A certificação que deverá ocorrer a partir de 2013 com o reconhecimento legal desse aprendizado, via rede CERTIFIC e eixo "militar", certamente proporcionará uma melhor e justa formação técnica dessa massa de entrante no mercado de trabalho, via SMI, quando do retorno a vida civil.

Uma potencialidade aludida pelo gestor do PSC, não vista nos documentos e nem nos diversos contatos no campo de investigação, foi que a possibilidade de um curso profissionalizante está levando o jovem a querer prestar o Serviço Militar. Porém, o que a média histórica dos últimos anos tem mostrado é que o número de alistados que conseguem servir é pequeno, o que mostra a "inelasticidade" de tal assertiva. Independentemente, é sim um fator importante no trato de um grupo de jovens que passa um ano no cumprimento de uma determinação constitucional.

A regionalização dos cursos é considerada como uma potencialidade deste Projeto. Não adianta formar técnicos em que o mercado de trabalho não os absorva, o que acarretará desmotivação, frustração e questionamento da necessidade real desta política pública. O importante também seria uma relação tênue entre as Organizações Militares hospedeiras dos cursos com os empresários locais, procurando atraí-los a participar do planejamento e formação, para que a inserção dessa mão-de-obra qualificada tenha um contínuo direto da vida militar para a civil, via o emprego formal.

Ponto relevante foi a existência de uma possibilidade da realização de cursos profissionalizantes pelos recrutas quando não forem beneficiados pelo PSC, via o Pronatec. A questão que aparece é como será articulado isso entre o MEC e o MD, visto que pela informação passada pelo gestor do PSC, os cursos seriam pós-Serviço Militar. Creio que a decisão seria apenas do próprio jovem, sem ação ou responsabilização das Forças Armadas.

#### **4. PSC: O ESTUDO DE CASO EM ANÁLISE**

O *locus* deste estudo foi o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA) que tem como missão preparar praças dos vários corpos e quadros para as funções técnicas de nível médio e que serão desenvolvidas nas diversas organizações militares da Marinha, tanto em terra quanto no mares/rios. O CIAA, por intermédio do QM, tem como uma de suas tarefas subsidiárias ainda a preparação inicial e formação militar do contingente anual de cerca de 600 jovens marinheiros-recrutas que prestam o Serviço Militar.



Esse centro de instrução está localizado na Avenida Brasil, nº 10.946, bairro da Penha no Rio de Janeiro, em uma região conhecida como "Complexo do Alemão" ou "Faixa de Gaza", recentemente pacificada com o retorno do poder público por intermédio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP).

Por uma questão de nomenclatura e relação direta com a respectiva Instituição, o Projeto Soldado Cidadão na Marinha foi denominado de “Marinheiro-Cidadão”, operacionaliza as ações orçamentárias de Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar, além de prestar todas as informações ao órgão gestor responsável no MD.

Aproveitando a disponibilidade e a autorização do seu comandante, este pesquisador pode expor a minha pesquisa para os 292 marinheiros-recrutas da segunda turma de 2012 que estavam por iniciar o período de adaptação à vida militar e aos cursos do PSC. Foi solicitado também que assinassem, em caráter de voluntariado, o Termo de Consentimento de Cessão de Imagem e de Som. Aceitaram participar da pesquisa 278 conscritos, ou seja, 94% do total.

Os cursos do projeto são conduzidos à tarde e em paralelo com os estágios de instrução e adaptação a vida militar que são realizados no período matutino. A opção individual pela formação é realizada por ocasião da semana de adaptação do curso de formação de reservistas navais. No caso específico dessa segunda turma, o curso realizado foi escolhido por 153 e imposto a 96 Marinheiros, ou seja, cerca de 61% tiveram a chance de optar pelo curso desejado. Tal situação pode acarretar desmotivação para o desenvolvimento de um bom aprendizado pelo jovem.

Desde o início do projeto em 2004, já cursaram 3.033 jovens, como mostrado na Tabela 2, nas oito formações técnicas previstas: barbeiro, eletricista de instalações prediais, cozinheiro, garçom, informática, marceneiro, mecânico de refrigeração residencial e padeiro.

**Tabela 2 - Cursos Realizados no CIAA (2004-2012)**

<b>CURSO/ANO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011-1</b>	<b>2011-2</b>	<b>2012-1</b>	<b>2012-2</b>	<b>TOTAL</b>
Marceneiro	25	20	18	20	20	18	18	22	23	21	21	<b>226</b>
Mecânico ref. Res.	31	19	18	19	20	17	22	28	25	22	21	<b>242</b>
Barbeiro	22	25	17	19	19	17	20	21	21	21	21	<b>223</b>
Cozinheiro	21	20	17	19	19	18	20	21	21	21	21	<b>218</b>
Garçom	37	30	35	18	19	18	20	21	21	21	21	<b>261</b>
Padeiro	18	18	35	18	18	17	20	21	21	21	21	<b>228</b>
Informática	60	76	98	120	141	131	110	125	119	126	124	<b>1230</b>
Eletricista predial	20	14	36	40	40	40	41	45	45	42	42	<b>405</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>234</b>	<b>222</b>	<b>274</b>	<b>273</b>	<b>296</b>	<b>276</b>	<b>271</b>	<b>304</b>	<b>296</b>	<b>295</b>	<b>292</b>	<b>3033</b>

**Fonte:** CIAA. Elaboração própria.

Pode-se constatar o grande volume de atividades desenvolvidas em tão curto espaço de tempo, principalmente a partir de 2011 com a formação de duas turmas por ano. Fato motivado por decisão exclusiva do seu comandante atual, independente dos recursos orçamentários destinados, oriundos do MD, atenderem apenas a uma das turmas.

As políticas públicas de qualquer natureza só são mantidas vivas e com recursos orçamentários quando o efeito desejado de sua implementação esteja sendo atingido, mesmo que parcialmente, e continuar ativa na agenda do poder público (SECCHI, 2012). Os gestores responsáveis pelo planejamento, coordenação e controle do PSC, tanto financeiro como administrativo, foram considerados como atores importantes, pois tratam diretamente do Projeto e fazem essa ligação com os órgãos controladores do Estado, quer por contatos pessoais e reuniões de trabalho, ou mesmo pelos relatórios de gestão que elaboram.

Interessante resposta, já exposta anteriormente do gestor do PSC no MD, foi que a atividade-fim do Serviço Militar tem que ser observada, a preparação do quantitativo de reserva mobilizável e no adestramento da tropa não pode ser prejudicado. Não tem o que ser discutido, a missão constitucional das Forças Armadas vem em primeiro lugar. Porém, se existe a chance de ligar a vida militar com a civil, via o Projeto em estudo, contribuindo para uma melhor qualificação do jovem brasileiro, essa atribuição agrega valor e importância, havendo necessidade de sua manutenção.

#### 4.1 ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE COLETA

Os jovens da segunda turma de 2012, com um total de 292 conscritos e que cursaram um dos oito cursos do Projeto dentro do CIAA, responderam, por voluntariado e sem indicação nominal, uma questionário com nove perguntas, sendo três abertas e seis fechadas. A ideia era que os jovens expusessem seus sentimentos quanto à qualidade do curso da forma mais tranquila possível, suas primeiras expectativas e a situação verificada ao final em relação ao curso, e também o que esperam daqui por diante quando de sua saída da Marinha e o retorno à vida civil. Para elaboração deste artigo, apenas duas perguntas que agregam mais proximidade com o objetivo colimado do estudo foram transcritas.

Ao serem questionados sobre quais benefícios podem ter sido adquiridos durante os cursos realizados, a percepção dos cursantes (vide tabela 3) foi de que houve aprimoramento dos seus próprios conhecimentos originais, resposta talvez oriunda dos cursos serem de pouca carga horária e de maior praticidade. Ponto negativo, mas de pouca repercussão, é o resultado final encontrado, em que 4% dos alunos acreditam que nenhum benefício foi identificado com os cursos realizados. Esta pode ser uma avaliação ocasionada talvez pela não escolha do curso

desejado, o que poderá gerar desmotivação e descontentamento. Considera-se relevante, e ao mesmo tempo preocupante, que apenas 17% acredite que as chances para a entrada no mercado de trabalho foi aumentada. O que se infere de tal afirmação é que poderá haver dificuldades na busca pelo primeiro emprego, independente do curso técnico realizado.

**Tabela 3 - Avaliação dos Cursos<sup>5</sup>**

Percepção dos Cursantes em Relação aos Cursos realizados	Quant.	%
Aprimorei meus conhecimentos;	160	39%
Aprendi uma nova profissão;	87	21%
Sinto-me capaz de trabalhar por conta própria;	32	8%
Aumentou as chances de ingressar no mercado de trabalho;	70	17%
Encontrei uma nova alternativa profissional	46	11%
Nenhum benefício foi identificado.	15	4%
<b>TOTAL</b>	<b>410</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

Com relação às competências desenvolvidas durante os cursos profissionalizantes, segundo a leitura realizada pelos próprios participantes, temos a seguinte ordem decrescente, com o número de votos e o percentual em relação ao total compilados na tabela 4.

**Tabela 4 - Competências Desenvolvidas<sup>6</sup>**

Col	Competências Desenvolvidas	Votos	%
1	Facilidade de comunicação e de desenvolvimento de tarefas em equipe;	106	12%
2	Iniciativa para buscar informações e novos conhecimentos profissionais;	99	11%
3	Ética profissional.	97	11%
4	Capacidade de improvisar em situações novas (criatividade e iniciativa);	76	8%
5	Determinação para enfrentar situações difíceis;	70	8%
6	Adquiriu independência e autoconfiança;	67	7%
	Capacidade de reagir positivamente às críticas construtivas;	66	7%
7	Planejamento e organização do próprio trabalho;	63	7%
8	Capacidade de aprendizagem dos processos de trabalho da empresa;	62	7%
9	Capacidade de argumentar e negociar;	50	6%
10	Capacidade de formular metas e estratégias para gerir o próprio negócio;	44	5%
11	Comunicação e escrita;	41	5%
12	Compreensão de Textos;	33	4%
13	Capacidade empreendedora e de gerenciamento;	28	3%
	<b>TOTAL</b>	<b>902</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

O sentimento do jovem com as suas possíveis competências adquiridas é muito importante para dar início à busca por sua autonomização e por papéis sociais da vida adulta. Ressalta-se, entre as respostas citadas, o descobrimento da ética profissional como um dos valores relevantes para o crescimento do jovem como cidadão cômico de suas obrigações

perante a sociedade, contribuindo para a busca do bem comum para todos. Outro ponto a ressaltar é o ganho reconhecido pelos jovens em relação à comunicação, escrita e compreensão de textos, o que se pode inferir é a melhora significativa no reforço escolar desses jovens cursantes, independente da carga horária de curso ser de apenas 180 horas-aula, no caso específico do CIAA.

Durante o desenvolvimento do campo pesquisado, pode-se constatar em relatórios do setor responsável pelo Projeto no MD, que a situação de empregabilidade dos egressos do PSC é preocupante no sentido de que apenas 18% estão empregados e gerando renda, quer na economia formal ou informal, o que pode ser interpretado como não sendo efetivo o programa. Porém, a grande maioria, 64%, encontra-se empregado, fato que é positivo, independente da formação profissional que lhe foi designada, o que é corroborado com as competências desenvolvidas durante os cursos na medida em que os jovens passam a buscar informações e novos conhecimentos profissionais, como constatado também na tabela 4.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Juventudes não correspondem a uma cultura juvenil unitária e homogênea, mas a um conjunto social constituído por jovens em diferentes situações sociais, de diversidade também em sua formação propedêutica e profissional. As políticas públicas dirigidas a esta população precisam considerar o contexto em que os jovens estão inseridos, e assim respeitar-se-ão as diferenças e origens de cada sujeito.

Acredita-se, no caso em questão, que a existência de vagas em instituições formais em quantidade não resolverá o problema da formação do jovem para o mercado de trabalho. A explicação mais plausível, e que pode evidenciar a pouca eficácia deste modelo formal formativo, é que o mercado de trabalho é quem realmente dita as regras para absorção dessa mão de obra entrante; ou até poder-se-á questionar sobre os cursos que estão sendo oferecidos não atenderem ao jovem, o que impacta a efetividade dessas políticas de formação profissional inicial.

A possibilidade acordada entre o MD e MEC de certificação do aprendizado profissional dos jovens, por intermédio do Serviço Militar e educação não formal via rede CERTIFIC, é uma potencialidade e considerado importante no atingimento de todo o contingente de jovens que passam um ano sob a responsabilidade das Forças Armadas, em especial na transição para a vida adulta e busca do primeiro emprego via qualificação profissional

Este estudo não pode e nem deve parar por aqui. Esse início de contato do meio militar

com o acadêmico não deve se fechar neste artigo. A política pública de formação educacional estudada se reveste de um caráter muito importante para que a tão reconhecida dualidade entre a formação propedêutica e o ensino profissional técnico tenha uma linha condutora única, por intermédio de uma educação básica de qualidade para todos. Pensar no jovem como sujeito de direitos, reconhecer as juventudes existentes, procurar a inclusão realmente inclusiva de todas, independente de seu extrato social e capital cultural familiar.

Para concluir e sem procurar generalizar, das leituras realizadas por este pesquisador das respostas ao instrumento de coleta, não poderia deixar de transcrever uma frase de um jovem de 19 anos, conscrito da segunda turma de 2012 de formação de marinheiros-recrutas do Centro de Instrução Almirante Alexandrino, que resume todo o sonho dos jovens, que agora está cumprindo uma etapa de sua vida de caráter obrigatório, o Serviço Militar Inicial. O jovem afirma que ser jovem é: "buscar o seu objetivo e não desistir do seu sonho e que deve batalhar para seguir em frente".

---

#### Notas

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2012.

<sup>2</sup> COTER – Disponível em: <[http://www.coter.eb.mil.br/html/1sch/sdcidadao/soldado\\_cidadao.htm](http://www.coter.eb.mil.br/html/1sch/sdcidadao/soldado_cidadao.htm)>. Acesso em: 29 set. 2012.

<sup>3</sup> Moratória Social - postergação do tempo ou prolongamento da juventude para que o jovem assuma o seu papel de adulto (BOURDIEU, 1978).

<sup>4</sup> Rede CERTIFIC - Disponível em: <<http://certific.mec.gov.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2012.

<sup>5</sup> Essa questão permitia optar por mais de uma resposta.

<sup>6</sup> Essa questão permitia optar por mais de uma resposta.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E. A. de. *Gestão municipal de políticas públicas dirigidas à juventude e possíveis aproximações com a promoção da saúde*. 2008. 189f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BOURDIEU, P. *A “juventude” é apenas uma palavra*. Entrevista a Anne-Marie Métaillié, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris: Association des Ages, 1978. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/16677551/Pierre-Bourdieu-A-Juventude-e- apenas-uma-palavra#>>. Acesso em: 01 nov. 2012.
- BRANCO, P. P. M. Juventude e Trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. *Guia de Políticas Públicas de Juventude*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/guia/guia-de-politicas-publicas-de-juventude-1>>. Acesso em: 21 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Plano de Gestão 2012. 2012.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas: políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n.2, jul./dez. 2002. Disponível em: <[www.abep.nepo.unicamp.br/.../vol19\\_n2\\_2002\\_4artigo\\_p19a46.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/.../vol19_n2_2002_4artigo_p19a46.pdf)>. Acesso em: 31 maio 2011.
- CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.
- CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília/DF: IPEA, 2009.
- CATANI, A. M.; GILIOLI, R. de S. P. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008. (Paradidáticos. Série Cultura).
- CHAVES JR, E. de O. Políticas de juventude: evolução histórica e definição. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*. Ministério da Saúde. Secretaria das Políticas de Saúde. Área de saúde do Adolescente e do Jovem, v.1, p. 41-48, Brasília/DF, ago. 1999.
- CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO Alysson et. al. (Org.). 2. reimp. Políticas Públicas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2008. p.11-26.
- FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, A.S. de; NUNES, C.de B.; SILVA, S. C. R. da. As novas formas de governo das juventudes: desemprego e violência nas políticas públicas. *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2011.

FRESNEDA, B. Transição da Escola para o Trabalho e Estratificação Social. *Revista Segurança Urbana e Juventude*, Araraquara, SP, v. 2, n. 1-2. 2009. Disponível em: <[seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/2383](http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/2383)>. Acesso em: 30 ago. 2011.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H. da; CONCEIÇÃO, M. *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005. p. 63-71. Disponível em: <[http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho\\_principio\\_educ.doc](http://www.escolanet.com.br/teleduc/arquivos/9/apoio/14/Trabalho_principio_educ.doc)>. Acesso em: 18 nov. 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões de nossa época; v.1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Centro de Documentação e Disseminação de Informações. *Brasil em Números*. Rio de Janeiro, v. 18, 2010.

KERBAUY, M. T. M. Política de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? *Revista Estudos de Sociologia*, Araraquara, SP, 18/19, p.193-203, 2005.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V. PAPA, F. de C. (Org.). *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003. p.13-32.